



# Anais da Assembléia

N.º 123

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 1977.

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 188ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 1977

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Rosário Pitelli.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Francisco Escorsin, Gabriel Sampaio, Lineu Turra, Lúcio Machado, Ptássio Pereira, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (24), achando-se ausentes os Senhores Deputados Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Egon Pudell, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo e Wilson Fortes (30).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não há expediente a ser lido.

O SR. TRAJANO BASTOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Trajano Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Requeiro chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência defere e solicita do Sr. 1o. Secretário que faça a chamada nominal para constatação de quorum.

(É procedida a chamada).

Acham-se presentes 24 Srs. Deputados. Considerando que o Projeto de Resolução no. 109/77 está com sua discussão encerrada em sessão realizada a 22 do corrente mês, e não havendo quorum para deliberação, a Presidência declara encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 29, às 14,00 horas, com a mesma Ordem do Dia da sessão extraordinária de hoje.

Levanta-se a Sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 189ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE SETEMBRO DE 1977

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-

naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Del Ciel, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Paulo Camargo e Wilson Fortes (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. ERONDY SILVÉRIO. — Sr. Presidente, eu gostaria que ficasse registrado o meu inconformismo em relação às expressões usadas pelo Sr. Presidente que, aliás, pelo Sr. 1o. Vice-Presidente, investido ontem, eventualmente, nas funções de Presidente, durante a sessão, com relação à questão de ordem que eu levantei na oportunidade. Eu não aceito as expressões quando o Sr. Deputado Jurandir Messias, disse estranhar o meu comportamento. Eu não aceito essas expressões, porque meu comportamento foi normal. Estranho, foi o comportamento da Presidência que inobservou o Regimento Interno da Casa; provocou toda a celeuma que, ontem, se verificou na Casa.

Peço a V. Exa. que faça constar, na ata, este reparo: Eu considero o meu comportamento normal. O comportamento de um Deputado que quer ver um Regimento da Casa, regimento, respeitado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência considera regimental a observação do Sr. Deputado Erondy Silvério e, registradas as suas considerações, considera aprovada a ata, aplicando-se as considerações do Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, ouvida a Casa, que se consigne na ata dos trabalhos e nos Anais, um voto de regozijo e congratulações ao Tribunal de Alçada, cujo sétimo aniversário hoje transcorre.

Se aprovado, requeiro, que do fato se dê ciência à Presidência daquela Corte de Justiça.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1977.

(a) IVO THOMAZONI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, e tendo em vista a absoluta carência de habitação na cidade de Palmeira, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Dr. Abílio Ribeiro, DD. Presidente da COHAPAR, no sentido de ser estudada a possibi-

lidade de construção de um núcleo habitacional popular naquela cidade para atender aos mais necessitados, especialmente ao alcance da classe operária.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1977.

(a) LINEU TURRA

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições, requer após ouvido o Plenário, o envio de expedientes, assim distribuídos:

- 1o. — Ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, explanando a necessidade da instalação de cursos de Administração de Empresas e Ciências Econômicas na cidade de Campo Mourão.
- 2o. — Ao Sr. Governador do Estado do Paraná, solicitando que o mesmo reivindique junto ao Sr. Ministro da Educação e Cultura a implantação dos citados cursos na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

### JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão sedia a micro-região 12, abrangendo 19 importantes municípios paranaenses ocupando área de 12.498 quilômetros quadrados, onde labutam 735.806 habitantes, dos quais 197.075 são eleitores. Será um dos maiores entroncamentos rodoviários da América do Sul, passagem obrigatória entre o Norte do País e os territórios paraguaio, argentino e uruguaio.

Recentemente, o Vereador José Pedroso Fabri enfatizou a necessidade da implantação de cursos de Administração de Empresas e Ciências Econômicas em seu município, argumentando que: "atualmente, a nível superior, funciona apenas uma Faculdade de Filosofia, já reconhecida pelo Conselho Federal de Educação, com 186 estudantes matriculados e mais 93 alunos de curso de introdução à Economia e Administração, totalizam 279 matriculados, destacando-se ainda o fato de que 142 jovens freqüentam a Universidade de Maringá. Na Micro-Região de Campo Mourão, 6.500 estudantes freqüentam os diversos cursos de ensino de segundo grau.

A oportuna proposição de Pedroso Fabri, reveste-se de autêntico caráter comunitário e, dada a sua importância e validade, mereceu a aprovação unânime da Câmara do Município-modelo.

Justamente pela sua importância, trazemos este apelo a nível de Assembléia, esperando sensibilizar S. Exa. o Ministro da Educação e Cultura para com os assuntos de real interesse para o aprimoramento cultural de nossa gente.

Do Governador Jayme Canet Júnior, aguardamos que o mesmo assuma o papel de mediador entre a comunidade mourãoense e o Ministro Ney Braga, objetivando a concretização do objetivo em tela.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, solicitando a ampliação da rede de energia elétrica nas localidades de Fluvópolis, Divisa, Água Branca, Faxinal do Ilhéus e Vargem Grande, no Município de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1977.

(a) ADALBERTO DAROS

### JUSTIFICATIVA:

As localidades citadas e que não possuem rede de energia elétrica, são bem populosas, perfazendo um total de certa de trinta por cento da população de São Mateus do Sul, razão pela qual achamos a reivindicação dos moradores daquelas

localidades dignas de atenção por parte das autoridades do Estado e mais especialmente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, o Deputado que o presente subscreve, requer após ouvido o Plenário, o envio de expediente à Secretaria da Educação e Cultura, contendo pedido de informações a seguir expresso:

- 1o. — Informar o INTEIRO TEOR do processo reclamatório proposto pelo Professor Jair Ferreira à Coordenação do Quadro Suplementar da SEC, contestando a distribuição de aulas do ginásio estadual "Nestor Victor", do Município de Pérola.
- 2o. — Informar o INTEIRO TEOR dos pareceres inseridos na petição referida, bem como, esclarecer a destinação oferecida ao processo.
- 3o. — Nominar o Sr. Diretor e os Professores que compõem o Corpo Docente do citado Colégio, e também esclarecer as aulas que ministram de per si, e suas qualificações.
- 4o. — Informar o período em que o Prof. Jair Ferreira prestou serviços ao citado estabelecimento, as disciplinas que lecionou e as qualificações que possuía para o exercício.

Embora não seja suficientemente clara, a ATA DA 1a. REUNIÃO PEDAGÓGICA realizada no referido estabelecimento de ensino, deixa antever a presença da injustiça e do arbítrio, por parte do Sr. Diretor Lázaro Azevedo através de posições eminentemente partidárias, e políticas, de forma a não somente permitir a politicagem, como também a exercê-la na Direção daquela Casa Educacional.

Segundo declaração do Sr. Aluizio Antunes, Inspetor de Ensino da Região polarizada pela cidade de Umuarama, a 39a. Inspetoria Regional de Ensino, encaminhou diretamente ao Sr. Chefe do Grupo de Recursos Humanos Setoriais da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, a reclamatória apresentada pelo Sr. Jair Ferreira à Coordenadoria do Quadro Suplementar da SEEC com referência à distribuição de aulas do Ginásio Estadual "Nestor Victor" da cidade de Pérola. A reclamatória em pauta foi encaminhada devidamente instruída, com o processo de distribuição de aulas do estabelecimento mencionado, exatamente no dia 19 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

### PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI No. 133/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1o. — O Art. 70 e seu parágrafo único da Lei no. 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 70 — Haverá substituição nos casos de impedimento legal ou afastamento do titular do cargo isolado de provimento efetivo, de cargo em Comissão ou função gratificada.

Parágrafo Único — A regulamentação estabelecerá as autoridades competentes para designar substitutos de titulares de cargos isolados de provimento efetivo de cargos em comissão ou função gratificada."

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1977.

(a) GABRIEL MANOEL

### JUSTIFICATIVA:

A presente redação que se pretende dar ao Art. 70 e seu parágrafo único da Lei no. 6174, de 16/11/70, Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, tem por finalidade adaptar a legislação estadual vigente ao texto da Lei Federal que trata

sobre o mesmo assunto, referente aos funcionários públicos da União.

O antigo Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado, já contemplava, o instituto da substituição, nos moldes que agora propomos.

Com isso esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Não há orador inscrito no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como havia de se esperar, toda a imprensa do Paraná, com exceção de um de seus órgãos de maior circulação interna, deram ampla publicidade sobre os fatos dantescos aqui ontem repetidos. Cumpriu o seu papel, o Comitê de Imprensa, como qualificou um dos Srs. Jornalistas da Sala de Imprensa desta Casa, levando a público o retrato negativo da expressão que deveria ter a Casa Representativa do Povo do Paraná. Um dos jornais deixou de dar publicidade; mas, diz um provérbio bíblico: Aos escribas errantes sempre há uma escrivainha reservada.

E aquele jornalista que teve cortado em um dos órgãos de imprensa, a sua liberdade de atividade de pixamento deste Deputado, usou e abusou de sua ignóbil desonestidade como homem de imprensa se servindo das colunas que usam em outro órgão de grande respeito desta Capital, para enfeitar a sua mausuada pratada de violências, de ataques e de humilhações a este Deputado.

Nós respeitamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imprensa falada, a imprensa escrita, a imprensa televisionada, como fonte de elevação da própria cultura do País, e não poderia ser diferente.

Nós admiramos como nesta imprensa sadia do Paraná, se congregate instinto mausinado que se satisfaz no seu apetite nababesco, devorador e, acima de tudo, criador dos desencontros, nesta Casa; como elementos desta natureza façam conturbar, todas as vezes que sua caneta se apõe sobre o papel para produzir notícia pública; conturbar a própria representação política do Paraná.

Tudo o que vimos do que o colunista lançou neste jornal de grande respeito, de alta admiração, que é a "Gazeta do Povo" de Curitiba, não passa da expressão escrita de um sentimento mórbido, doentio, fascículo do protótipo de portador de enfermidade mental acentuada.

Aqui está caracterizado, inclusive, ameaça de que, segundo o colunista, faz à Presidência da Casa sobre este Parlamentar, e, nós que sempre fomos afeitos a responder pelo nosso procedimento, pela nossa ação, pelas nossas atividades, pelas nossas responsabilidades, não estamos, em absoluto, temível dos expedientes, das providências que possam ocorrer conforme se encontram denunciadas na coluna desse mal escrito, contida na "Gazeta do Povo" de hoje. E até fazemos questão que sejam suscitadas provas dos fatos que denunciemos durante os três anos que exercemos a função representativa do povo de uma região do Paraná. Lamentamos, Sr. Presidente, ter que contestar, mas existe um provérbio popular que afirma: "Os que calam, consentem". Nós não podemos calar, porque não podemos consentir. As tomadas de posições, daqueles que maldosamente, que maleficamente pretendem se colocar em lugar que realmente a eles não pertencem.

E se esta pretensão os alimenta, que procurem alcançar, sem entretanto tentar usar nosso nome como seu sabujo, porque sabujo nunca fomos. Sempre dedicamos respeito a quem nos respeita; sempre contestamos os que nos contestam, sem o direto, sem a justificativa para nos contestar.

Os demais órgãos da imprensa que deram publicidade da notícia, que, infelizmente das piores, más notícias e com razão

de ser publicada, tiveram linha, tiveram decência, tiveram ética, tiveram, acima de tudo, o respeito caracterizado em seus scripts, em suas colunas. Entretanto, e infelizmente, a malsinada ação deste terrível inimigo da própria imprensa, não escondeu a manifestação, como já dissemos, mórbida de sua formação.

Nós deixamos aqui, com tristeza, com desgosto, com lamentação profunda os nossos protestos pela ação ridícula do colunista da "Gazeta do Povo" com referência ao título publicado: "Quase foi palco de luta", referindo-se à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. É pena que o Deputado, que o Parlamentar, que o procurador democrático da parcela de povo para representá-lo perante o Governo de seu Estado, tenha que, ao invés de usar das prerrogativas que o mandato lhe confere, que resta pelo menos, ou que resta de prerrogativa, ao invés de vir à tribuna para defender os direitos deste mesmo povo, povo sofrido, povo violentado, povo oprimido, povo amordaçado, tenha que vir aqui para, no exercício do mandato que lhe é conferido, e enfrentar os desencontros pessoais movimentado por interesses, às vezes, sem nenhum fundamento, sem nenhuma procedência. E o pior ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o saber, que uma imprensa carente de economia, de recursos para sua própria subsistência, para a sua própria atividade, muitas vezes, para satisfazer esta necessidade de que essa imprensa não tem culpa, porque é uma imprensa de um país pobre; de um país que não lê, de um país que falta cultura.

É uma imprensa que precisa da subvenção do governo, é uma imprensa que deturpa às vezes os atos e os fatos, para não perder o seu quinhão de participação da economia ativa da fonte governamental.

E é por isso que Lincoln afirmava: "Nenhum país pobre pode garantir a liberdade de seu povo; nenhum país carente pode manter uma imprensa livre e sadia.

Concluindo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez, com exceção à coluna intitulada "Plenário da Assembléia quase foi palco de luta", quero novamente congratular e manifestar o meu mais profundo respeito à imprensa do Paraná, que talvez, contrariando a própria vontade de seus colunistas, noticiaram a notícia dantesca do fato ocorrido ontem, mas, com certo respeito, e acima de tudo, com a dignidade de não haver deturpado os acontecimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência sente-se no dever de emitir, na oportunidade, um esclarecimento:

O Presidente não teve a oportunidade de presenciar os acontecimentos verificados neste Plenário na tarde de ontem.

E por não haver estado presente, não ouviu o discurso que V. Exa., Deputado Lúcio Machado fez, na tarde de ontem, desta tribuna. E preocupou-se em ler as notas taquigráficas da sessão de ontem; porque prometeu fazê-lo quando abordado pelos jornalistas credenciados neste Poder, sobre quais as providências que a Comissão Executiva haveria de adotar, face a denúncias feitas por V. Exa., da tribuna.

A Presidência declarou ontem aos Srs. jornalistas credenciados nesta Casa, desconhecer as palavras proferidas por V. Exa., e que procuraria tomar conhecimento delas e verificar se haveria necessidade de um posicionamento. A Presidência está de posse das notas taquigráficas que lidas, são analisadas. Em certa altura do pronunciamento de V. Exa., encontrou o seguinte:

"Quando falei sobre corrupção que ocorre, que ocorria e que vão ocorrer pelos anos à frente, dentro desta Casa".

Talvez, essas declarações feitas por V. Exa. tenham levado um dos periódicos da Capital a exigir da Presidência uma tomada de posição. A Presidência conhece V. Exa., como um homem de palavra; tem assistido a atuação de V. Exa. neste Legislativo, V. Exa. jamais se mostrou um covarde, pelo contrário, se me afigura, que V. Exa. é um homem que responde pelo que diz. Tem o Presidente desta Casa, de que sendo humano

pode errar. Mas, se errou, jamais o fez conscientemente; e espera, a Presidência que V. Exa., com dignidade e a altivez, que tem demonstrado no desempenho da alta função de representante do povo paranaense, nesta Casa, identifique, e na medida do possível, particularize a corrupção que está ocorrendo neste Poder Legislativo.

Porque só assim, eminente Deputado, nós poderemos nesta hora difícil para a classe política, sairmos deste episódio, enaltecidos.

Cobrando de quem é responsável por ato de corrupção, a responsabilidade de cada um.

E se esta Presidência estiver envolvida em qualquer ato, que possa ter tido como desonesto, por menor que seja a sua participação, o Presidente, jura pela sua honra, que renuncia à Presidência deste Poder.

O que nós todos, eminente Deputado Benedito Lúcio Machado, temos de considerar, nenhum dos Senhores Deputados está aqui contra a vontade. Estamos aqui porque queremos estar. Porque lutamos para aqui chegarmos; façamos, portanto, com que a Instituição, que é o Poder Legislativo, que é a nossa Casa, seja enaltecida, valorizada, no instante em que se fala nas reformas; reformas das quais nós queremos participar e, participando delas, possamos no futuro, merecermos da opinião pública, o respeito que todos nós achamos sermos merecedores.

A Presidência não viu na fala de V. Exa. nenhuma outra acusação que pudesse diminuir o valor de qualquer parlamentar; mas tem o dever, em nome do bom nome deste Poder, de cobrar de V. Exa.: identifique a corrupção que ocorre neste Poder, para que possamos identificar os responsáveis; e identificando-os, dar uma satisfação à opinião pública; e principalmente aos jornalistas que fazem a cobertura dos trabalhos deste Poder. Para que todos vejam em nós, Deputados estaduais, homens que realmente desejam ver pontificar a Assembléia Legislativa do Estado, como um dos parlamentos melhor intencionados e melhor preparado para o exercício da função parlamentar.

Muito obrigado Deputado Benedito Lúcio Machado.  
O SR. LÚCIO MACHADO — Comprometo-me, nobre Presidente, em prazo hábil, apresentar algumas denúncias, em defesa da honra de V. Exa. a quem respeito, a quem admiro e, acima de tudo, da dignidade deste Poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência agradece ao Deputado.

Segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel. A Presidência indaga de S. Exa. se deseja ocupar os minutos restantes do Grande Expediente; restam-lhe 8 minutos.

O SR. GABRIEL MANOEL — Usarei da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra, o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nobres Pares, imprensa do meu Paraná.

Estamos aqui apenas para agradecer a tolerância da Presidência desta Casa; como dissemos ontem, é o espelho das Assembléias Legislativas do Brasil. Os nossos respeitos ao Sr. Presidente e à doughty Comissão Executiva.

Os nossos respeitos aos nossos colegas; à imprensa credenciada nesta Casa de Leis; à imprensa tranqüila; à imprensa sadia, que divulga os fatos dentro da verdade; da pura verdade.

Dizia um sábio, que errar é humano, perdoar é divino. Então, a esta imprensa que muitas vezes procura corrigir os nossos erros, espelhando as nossas desditas, os nossos respeitos à "Gazeta do Povo" e a todos os periódicos deste Estado, a seus correspondentes que nada querem a não ser espelhar a verdade, o que acontece nesta Casa de Leis, nesta Casa do Povo.

Esta Comissão Executiva, como as demais que já passaram por esta Casa, todas brilhantes, estão voltadas para a tranqüili-

dade, paz e boa direção desta Casa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quero, pelo menos parcialmente, fazer minhas as palavras de V. Exa. com relação à Comissão Executiva, especialmente ao Sr. Presidente que acaba, neste instante, de tomar uma decisão para mim muito válida. Acusado por um membro deste Poder de que há corrupção, o Sr. Presidente solicitou a quem fez, ou pensou fazer a acusação, que trouxesse a público irregularidades que porventura tivesse cometido na administração da Casa.

A atitude de S. Exa. o Sr. Presidente Ivo Thomazoni bem diz de seu caráter e ratifica sua conduta de homem de bem nesta Casa.

Acho que a posição do Sr. Presidente não poderia ser outra.

Todavia, Sr. Deputado, acho que terminariam todas as dúvidas e possíveis atos de corrupção desta Casa, se a Comissão Executiva, por iniciativa própria, submetesse o orçamento analítico desta Casa à apreciação do Plenário. Porque, sabemos que existe uma dotação orçamentária para o Poder Legislativo. E esta Casa jamais a apreciou, em plenário, essa dotação.

No entanto, se a Comissão Executiva, através de um projeto de resolução, submetesse ao crivo, à apreciação, ao exame do Plenário e, posteriormente à apreciação da Comissão de Tomada de Contas, da dotação orçamentária pertencente ao Poder Legislativo.

Isso acabaria com todas as suspeitas de possíveis atos de corrupção neste Poder Legislativo.

Era este o aparte, agradecendo a V. Exa. por me ter concedido.

O SR. GABRIEL MANOEL — Obrigado, Deputado Erondy Silvério.

Não quero entrar no mérito dessa questão, porque confiamos na Comissão Executiva e em todas as que já fizeram parte deste Poder. Acho também, Sr. Deputado, que a Comissão de Tomada de Contas tem como Presidente um ilustre Deputado, o Sr. Jorge Sato, homem que merece nossa inteira confiança.

Voltamos novamente, Sr. Presidente, voltamos novamente, Srs. Deputados, voltamos novamente, Imprensa do Paraná, a agradecer pela maneira como têm todos se comportado para conosco. Especialmente a Imprensa do Paraná, pelo zelo com que dá cobertura aos acontecimentos desta Casa, ao que se passa nesta Casa, porque a Assembléia Legislativa é a Casa do Povo, e queremos neste instante, Sr. Presidente, estarmos solidários com a Comissão Executiva, que, se corrupção houver aqui dentro desta Casa, deixaremos nosso mandato no instante em que for provada. Porque sabemos perfeitamente da conduta de todas as Comissões Executivas que por aqui passaram, portanto, queremos estar solidários com V. Exa., Sr. Presidente, com esta Comissão e com toda a imprensa do Paraná. Queremos também externar os nossos agradecimentos a esta Casa, a este Poder Legislativo que, como dizíamos, foi um Poder que passou imune e há de passar imune, porque, "os cães ladram, e a caravana passa".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Da mesma forma, esta Presidência consulta o Sr. Deputado Adalberto Daros, Vice-Líder do MDB, se o seu Partido usará da palavra no espaço que lhe é reservado?

O SR. ADALBERTO DAROS — Este Deputado usará da palavra, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante cerca de três anos que participamos desta Assembléia como Deputado da Oposição, temos visto e ouvido aqui nesta Casa, denúncias, e aplausos às administrações quer municipais, quer administração estadual.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que, nesta

oportunidade devo, primeiro, aplaudir o Governo do Estado por uma medida tomada pelo Sr. Governador; por outro lado, criticá-lo também, por entender que a atitude do Sr. Governador ao enviar circular a todas as Secretarias de Estado, proibindo — conforme se vê no item 1 — a promoção de festividades natalinas; no item 2, o Sr. Governador pede a todos os Srs. Secretários, que, não enviem cartões de Natal ou brindes de qualquer maneira.

Acredito que este item 2 venha realmente a conter despesas, como diz o Sr. Governador nesta circular.

Achei um tanto ríspido o envio desta circular no item número 1, quando pede que não promovam festividades natalinas.

Mais adiante, o Sr. Governador do Estado na circular datada de 31 de agosto deste ano, diz que torna extensiva a presente medida, a todos os órgãos da administração direta, e indireta, vinculados a esta Pasta, ficando terminantemente vedada a realização de tais despesas, a qualquer título ou recurso, mesmo através de agremiações, associações ou fundações ligadas à atividade pública estadual.

Entendo que esta circular assinada pelo Sr. Governador venha de encontro àquilo que aconteceu no ano passado, quando os jornais denunciaram à população do Paraná, despesas feitas através de algumas entidades, principalmente da administração direta, com brindes aos amigos daqueles que dirigiam aquelas entidades.

Mas, achei um tanto ríspida a atitude do Sr. Governador, quando pede que nem sequer "as associações e agremiações", com despesas a qualquer título ou recurso, mesmo do funcionário, porque se sabe que o Banco do Estado tem a sua associação, que a COPEL tem a sua associação, razão pela qual acredito que o Sr. Governador deverá esclarecer esta circular um tanto, como já disse, dura, no que diz respeito, e principalmente, às festividades natalinas, à festividade máxima da humanidade.

Apenas para que a Assembléia tomasse conhecimento desta circular, que achamos que deveria ter sido dirigida de uma outra forma, mostrando realmente o que o Sr. Governador quer, dizendo que as despesas não devem vir dos órgãos de administração direta e indireta. Mas, acredito que, da forma como foi redigida, parece-me que o Sr. Governador proíbe até que os funcionários festejem a maior festa da humanidade. Somente isso, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O Sr. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente: Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Antes de votar a Ordem do Dia, a Presidência quer lembrar aos Srs. Deputados que, em sessão do dia 22, foi, a requerimento do Sr. Deputado Enéas Faria, retirado da Ordem do Dia, por 4 sessões, o Projeto de Lei número 81/77, e o adiamento solicitado por S. Exa. expira em data de amanhã. Todavia, para possibilitar que os Srs. Deputados estudem a matéria, a Presidência anunciará de sexta-feira para segunda-feira próxima, a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei número 81/77.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei número 83/77, Mensagem número 72/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva instituir o Fundo Paranaense de Mineração, e constitui a Empresa Mineraiis do Paraná S/A. — MINEROPAR.

Redação Final do Projeto de Lei número 83/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica instituído o FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO, cujos recursos destinar-se-ão a prover e financiar estudos e trabalhos de levantamento geológico, pesquisa mineral, lavra de jazidas e investigações e desenvolvimento de processos de beneficiamento mineral, inclusive instalações e equipamentos, relacionados com o aproveitamento dos recursos minerais do Estado.

Art. 2º — O FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO será constituído:

I — da cota do Imposto Único sobre Minerais pertencentes ao Estado;

II — das dotações consignadas no orçamento geral do Estado;

III — dos rendimentos de depósitos e aplicações do próprio FUNDO;

IV — do valor referente ao total dos depósitos mantidos na conta do Imposto Único sobre Minerais, anteriores à criação do FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO e dos rendimentos referentes a movimentação dessa conta;

V — das receitas oriundas de convênios, acordos ou outros ajustes;

VI — dos recursos oriundos de empréstimos contraídos por antecipação de receita;

VII — do produto da alienação de bens patrimoniais.

Art. 3º — A administração do FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO, competirá, mediante o respectivo contrato de concessão, à empresa Mineraiis do Paraná S/A - MINEROPAR Sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, que o Poder Executivo fica autorizado a constituir e dela participará subscrevendo ações na forma prevista no artigo 4º.

§ 1º — A MINEROPAR terá personalidade jurídica, de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira.

§ 2º — A MINEROPAR terá sede e foro na cidade de Curitiba e prazo de duração indeterminado.

Art. 4º — O Capital Social autorizado da empresa de economia mista Mineraiis do Paraná S/A. — MINEROPAR, é de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), dividido em Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros), de ações ordinárias e Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões) de ações preferenciais, cada uma no valor de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro), todas nominativas, devendo o Estado, diretamente ou por intermédio de entidades de administração indireta em que participe majoritariamente, subscrever pelo menos 51 (cinquenta e um) por cento das ações ordinárias e preferenciais.

Parágrafo único — Nos aumentos de capital que venham a ocorrer por deliberação das Assembléias Gerais, o Estado fica obrigado a subscrever ações, de forma a respeitar o limite previsto neste artigo, podendo, para tal fim, utilizar recurso do FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO.

Art. 5º — A integralização do capital subscrito pelo Estado será realizada da seguinte forma:

I — No corrente exercício financeiro através da dotação orçamentária: elemento 4.1.5.0 — Participação em constituição ou aumento de capital de empresas ou entidades industriais ou agrícolas, do projeto 1937 — Participação na constituição do capital de Empresas Públicas, ou Sociedade de Economia Mista, da unidade orçamentária, Gabinete do Secretário — Entidades vinculadas — SEIC, no valor de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

II — Mediante dotações orçamentárias consignadas nos exercícios financeiros de 1978 e 1979, créditos especiais ou incorporações de bens.

Art. 6º — A MINEROPAR, além da administração do

FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO, terá por objetivo a pesquisa, lavra, beneficiamento e industrialização dos minerais do Estado do Paraná.

§ 1º — A participação da MINEROPAR, no beneficiamento e industrialização de minérios, dar-se-á apenas quando comprovada a carência de recursos técnicos e financeiros da iniciativa privada, capazes de assegurar a eficiência nessas atividades.

§ 2º — A transferência de resultados de pesquisas, bem como, de tecnologia alcançada pela MINEROPAR, para outras empresas dependerá de autorização da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 7º — As atividades da MINEROPAR são as discriminadas em seus Estatutos Sociais.

Art. 8º — Poderá a MINEROPAR participar acionariamente de atividades que representem interesse para os seus objetivos sociais.

Parágrafo único — Para a participação de que trata o presente artigo será necessária autorização da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 9º — Além dos recursos decorrentes do seu patrimônio constitutivo, a MINEROPAR poderá contar com os seguintes recursos:

- a) Renda industrial;
- b) Remuneração por serviços prestados;
- c) Operações de crédito;
- d) Rendas eventuais.

Art. 10 — A MINEROPAR reger-se-á por esta Lei, por seus estatutos, pela Legislação específica às sociedades por ações e, subsidiariamente, pelas disposições legais e normativas que lhe sejam aplicáveis.

Parágrafo único — Os Estatutos da MINEROPAR serão submetidos à apreciação e aprovação da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 11 — A MINEROPAR será administrada por:

- I — Conselho de Administração;
- II — Diretoria Executiva;
- III — Conselho Fiscal.

§ 1º — O Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição por mais um período, será constituído da seguinte forma:

a) — 03 (três) membros indicados pelo Governo do Estado;

b) — 01 (um) membro escolhido da lista tríplice indicada pelo Departamento de Geo-Ciências da Universidade Federal do Paraná;

c) — 01 (um) membro escolhido da lista tríplice indicada pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná.

§ 2º — A Diretoria Executiva será constituída de 3 (três) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

§ 3º — O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos anualmente pela Assembléia Geral, podendo ser reeleitos.

Art. 12 — A remuneração dos membros da Diretoria será fixada anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, cujo montante não poderá exceder ao fixado para os Secretários de Estado.

Art. 13 — Na qualidade de administradora do FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO, a MINEROPAR perceberá anualmente, a título de retribuição pelos serviços concedidos, a importância de até 10 (dez) por cento dos recursos recolhidos à conta do FUNDO (artigo 2º).

Art. 14 — O Fundo Paranaense de Mineração é dotado de personalidade contábil e sua caixa será totalmente distinta da caixa da MINEROPAR.

Art. 15 — Os recursos do Fundo Paranaense de Mineração aplicar-se-ão, exclusivamente, nas operações seguintes:

a) — na realização de despesas gerais, visando possibilitar os estudos e trabalhos de levantamento geológico;

b) — na cobertura de despesas operacionais referente às pesquisas minerais realizadas pela MINEROPAR;

c) — na cobertura de despesas decorrentes da lavra de jazidas;

d) — na cobertura de despesas decorrentes de investigação e desenvolvimento de processo de beneficiamento mineral;

e) — na aquisição de móveis e imóveis, material permanente e de consumo, equipamentos e instalações destinados à exploração dos recursos minerais do Estado;

f) — na associação com capitais cujos objetivos se enquadrem no artigo 1º desta Lei;

g) — no custeio de despesas para a formação e treinamento de mão-de-obra especializada.

Art. 16 — Os exercícios financeiros da MINEROPAR e do FUNDO PARANAENSE DE MINERAÇÃO coincidirão com o exercício civil.

Art. 17 — O saldo positivo do Fundo apurado em balanço, em cada exercício, passa para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 18 — Os acréscimo patrimoniais provenientes da utilização dos recursos do Fundo Paranaense de Mineração serão incorporados ao patrimônio do próprio Fundo.

Art. 19 — Os recursos do Fundo Paranaense de Mineração serão aplicados pela MINEROPAR.

Parágrafo único — As operações constantes nas alíneas "a", "b", "c", e "d", do artigo 15, poderão ser executadas, mediante convênio, na forma legal, por empresas de mineração legalmente constituídas.

Art. 20 — A MINEROPAR, na qualidade de administradora do Fundo Paranaense de Mineração, remeterá ao Ministério de Minas e Energia, relatório conforme prevê o artigo 17, I e II do Decreto Lei número 1038, de 21 de outubro de 1969.

Art. 21 — A MINEROPAR além da prestação de contas prevista na legislação específica submeterá o balanço geral ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do exercício.

Parágrafo único — Fica o Tribunal de Contas do Estado obrigado a remeter o resultado de sua análise à Assembléia Legislativa no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 22 — A MINEROPAR encaminhará anualmente, relatório e balanço geral da gestão do Fundo Paranaense de Mineração à Assembléia Legislativa do Estado, à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, à Secretaria de Estado das Finanças e ao Tribunal de Contas, no prazo de 90 (noventa) dias após o término do exercício.

Art. 23 — O pessoal da MINEROPAR será regido pela legislação trabalhista.

Art. 24 — Na aquisição ou alienação de bens, na contratação de obras ou serviços, a MINEROPAR obedecerá os princípios básicos de licitação.

Art. 25 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1977.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
WERNER WANDERER — Relator

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Requeiro verificação de quorum para votação da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal para constatação de quorum.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).  
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Acham-se presentes,



apenas 27 Srs. Deputados. Não há quorum para deliberação.

Em discussão a Redação Final do Projeto de Lei número 83/77. — Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 123/75, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, que altera a redação do art. 20, da Lei número 5972, de 24 de julho de 1969, que dispõe sobre a obrigatoriedade de combate à febre aftosa em todo o território estadual. Pareceres favoráveis da CCJ., e CAIC., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 38/77, de autoria do Deputado Werner Wanderer, que altera para "Formosa do Oeste", a denominação do Município de Formosa, criado pela Lei número 4382, de 10/06/61. Parecer favorável da CCJ., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 43/77, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o Conselho Maringense de Assistência à Mulher, com sede e foro na cidade de Maringá. — Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 75/77, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo denominar João Antônio Zem, um dos estabelecimentos oficiais de Ensino do Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 76/77, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — APMI, da cidade de Rio Branco do Sul, neste Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 89/77, de autoria do Deputado Accioly Neto, que declara de utilidade pública o "Clube de Radioamadores do Litoral do Paraná", com sede e foro na cidade de Paranaguá. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 101/77, de autoria do Deputado Antônio Facci, que declara de utilidade pública o "Núcleo Social Papa João XXIII", com sede e foro na cidade de Maringá. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 288/77, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 205/76, aprova prestação de Contas do Departamento Financeiro deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1975. Parecer favorável da CTC., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 289/77, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 216/76, aprova prestação de Contas do Departamento Financeiro deste Poder Legislativo, referente ao exercício de 1974. Parecer favorável da CTC., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 290/77, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, ex-Proposição número 113/77, aprova prestação de Contas da Fundação Universidade Estadual de Maringá, referente à aplicação de recursos oriundos do Poder Legislativo do Estado do Paraná para concessão de Bolsas de Estudos a alunos matriculados naquele

estabelecimento durante o exercício de 1975. Parecer favorável da CTC., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 291/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 395/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Mandirituba, objetivando reparos no prédio da Casa Escolar Estadual João Camargo. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 292/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 68/77, ex-Proposição número 407/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Guaratuba, objetivando reparos nos prédios onde funcionam a Delegacia de Polícia, a Agência de Rendas, o Grupo Escolar e o Posto de Puericultura local. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 293/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 417/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Tomé, visando obras de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual "Professor Pedro Fécchio" e a Escola Rural "Ney Braga", daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 294/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 418/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná por intermédio da Secretaria da Administração e o Município de São Jerônimo da Serra, objetivando reparos em próprios estaduais naquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 295/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 431/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Pedro do Paraná, objetivando reparos no prédio onde funciona a Unidade Sanitária local. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 296/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 80/77, ex-Proposição número 434/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Palotina, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar "Joaquim Monteiro Martins Franco", da sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 297/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 78/77, ex-Proposição número 438/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Ubitatã, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações e verbas que especifica. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 298/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 86/77, ex-Proposição número 450/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Fundação Projeto Rondon, objetivando mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesse do Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 299/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 454/77, aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria da Administração com o Município de Grandes Rios, objetivando reparos em próprios estaduais localizados naquela comuna. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 300/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 457/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Mariópolis, objetivando obras de reparos no prédio do Grupo Escolar de Mariópolis, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 301/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 464/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Isabel do Oeste, objetivando reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Tiradentes e a Unidade Escolar de Primeiro Grau, na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 302/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 87/77, ex-Proposição número 467/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Tomé, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar "Santos Dumont". Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 303/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 89/77, ex-Proposição número 472/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Moreira Salles, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede daquele município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução número 304/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 94/77, ex-Proposição número 475/77, aprova termo aditivo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Cidade Gaúcha, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, explanando a necessidade da instalação de cursos de Administração de Empresas e Ciências Econômicas na cidade de Campo Mourão, bem

como ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que reivindicar junto ao Sr. Ministro da Educação e Cultura a implantação dos citados cursos. — Em discussão.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Regimento Interno, no seu artigo 150.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente à Secretaria da Educação e Cultura, consubstanciado em pedido de informações, referente a processo reclamatório de distribuição de aulas. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de regozijo e congratulações ao Tribunal de Alçada, pelo transcurso do 70 aniversário. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, visando a ampliação da rede de energia elétrica em diversas localidades, no Município de São Mateus do Sul. — Em discussão — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, no sentido de ser estudada a possibilidade de construção de um núcleo habitacional popular naquela cidade para atender aos mais necessitados, especialmente ao alcance da classe operária. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei número 83/77.

EM VOTAÇÃO — 3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei números 123/75, 38, 43, 75, 76, 89 e 101/77.

EM VOTAÇÃO — 2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303 e 304/77.

Levanta-se a sessão.

#### PORTARIAS:

##### PORTARIA NÚMERO 712/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9424, de 26 de setembro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

conceder à funcionária LUIZA ZACK VIANTE, matrícula número 213, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1977, a partir de 03 de outubro de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

##### PORTARIA NÚMERO 713/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de



suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9240, de 21 de setembro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, da funcionária MARIA DO ROSÁRIO MARQUES, matrícula número 064, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 714/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9283, de 22 de setembro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, dos funcionários abaixo relacionados, todos do

Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

ACÁCIO TAQUES DE ARAÚJO – Mat. 054.

TEREZINHA RUPPEL GLUCK – Mat. 323.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY – Diretor Geral

**PORTARIA NÚMERO 715/77**

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9360, de 22 de setembro de 1977, deste Poder,

**RESOLVE:**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria número 637/76, do funcionário NORBERTO HUCH, matrícula número 520, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de setembro de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY

Diretor Geral.